EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A DESCONTINUIDADE DE SEUS PROGRAMAS

1**.INTRODUÇÃO**

Nos encontramos atualmente no limiar da pós modernidade, momento caraterizado pela a globalização com grandes avanços em várias áreas como transporte, comunicação, bem como, uma evolução constante de muitos aparatos tecnológicos. No entanto, é visível que todas essas transformações não foram capazes de propiciar a igualdade entre os povos, principalmente no que se refere a Educação. Pois ainda existem no nosso planeta segundo dados da Unesco cerca de 758 milhões de adultos, incluindo 115 milhões de pessoas com idades entre 15 e 24 anos, que não são capazes de ler ou escrever uma simples frase. A maioria dos países não alcançou a meta da Educação para Todos[[1]](#footnote-1), de atingir 50% de melhoria nos níveis de alfabetização de adultos até 2015.

E quando nos referimos ao nosso país, relembramos que historicamente aqui no Brasil, a Educação de Jovens e Adultos não constou como prioridade nas agendas políticas, ficando sempre à margem do esquecimento. Sob esse contexto várias interrogações nos acompanham, dentre elas: Por que ainda temos tantos analfabetos? Já que todos sabem a importância que tem a educação na vida das pessoas. Por que a Educação de Jovens e Adultos é sempre tão marginalizada e não há um investimento contínuo na formação dos professores? Por que a maioria dos Projetos e Programas não conseguem alfabetizar jovens e adultos de forma que estes consigam prosperar nos seus estudos? Essas e outras tantas questões que permeiam a nossa realidade serão abordadas neste texto como eixo norteador das nossas reflexões.

**2.A EDUCAÇÃO DE ADULTOS: ENTRE CAMPANHAS E MOVIMENTOS**

Anteriormente denominada de educação de adultos, essa modalidade de ensino somente começou a ser pensada no início do século XX. Em períodos anteriores da nossa história como, o colonial, o império e a primeira república, as ações foram insignificantes, de acordo com Paiva (2003).

Neste sentido, a história da Educação de Jovens e Adultos é permeada de abandono, exclusão e manobra de interesses de classes sociais. Apesar de algumas ações, programas e projetos implantados no Brasil no início da década de 1940, não houve uma contribuição significativa que conseguisse ao menos diminuir os altos índices de analfabetismo que naquela época, chegava ao percentual de 55% na população com mais 18 anos, segundo o Censo desse mesmo ano.

Convém lembrar que durante muito tempo em nosso país, o analfabetismo foi concebido como uma mazela social, algo extremamente monstruoso e que precisava ser combatido urgentemente. Álvaro Viera Pinto, ilustra bem esta concepção:

Em lugar de reconhecer no analfabetismo um *índice* natural da etapa em que se encontra o processo de desenvolvimento nacional, apresenta-o como uma anormalidade, uma monstruosidade que é preciso ‘combater’, ‘erradicar’. Estas expressões, frequentes na oratória dos promotores de campanhas de alfabetização, demonstram bem que [...] concebem o analfabetismo como um ‘mal’, uma ‘enfermidade’, uma ‘ endemia’, uma ‘erva daninha’, ou seja, que veem como algo não natural no corpo da sociedade. (PINTO, 2010.p.93, grifo do autor)

O fato é que o analfabetismo não era concebido como uma deficiência culturalmente grave, e sim como uma anormalidade social. E foi sob essa perspectiva que surgiram em nosso país várias campanhas de alfabetização. A primeira: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), lançada em 1947, promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, assumiu o caráter de uma campanha massiva de alfabetização. Sobre esta campanha, Beisiegel (2008, p.28) nos diz que “Tinha por objetivo levar a ‘educação de base’ ou a ‘educação fundamental comum’ a todos os brasileiros iletrados, nas cidades e nas áreas rurais”. Já Paiva (2003, p. 206), afirma que “[...], ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes [...], além de melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo”.

O que se percebe, mediante as afirmações, é que se tratava de uma ação que buscava promover através da leitura e da escrita, a aquisição dos valores sociais, cívicos e morais, e ainda, preparação para mão-de-obra de acordo com a necessidade do projeto desenvolvimentista daquela época. Por se utilizar dos mesmos conteúdos do ensino primário infantil, esta campanha refletiu o que Álvaro Vieira Pinto (2010) chamou de ‘visão regressiva’, que considera o adulto analfabeto como uma criança que cessou seu desenvolvimento culturalmente e por isso, procura aplicar os mesmos métodos de ensino que servem para a infância, transparecendo a imagem de um ser imaturo e ignorante, o que por sua vez, reforçava o preconceito contra o analfabeto. A CEAA funcionou durante o período de 1947 a 1963.

E foi num cenário marcado pelo crescente desenvolvimento industrial e pela entrada de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no financiamento e na implantação de políticas que atendessem a nova racionalidade econômica dos países subdesenvolvidos, que nasce a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Assim, muitas das ações dos organismos citados pela via da educação, não se restringia apenas na erradicação do analfabetismo, mas, também demonstrava o seu caráter tendencioso em evitar a expansão do êxodo rural, como foi o caso da CNER. Segundo Paiva:

Pretendia a CNER contribuir para acelerar o processo evolutivo do homem rural nele despertando o espírito comunitário, a ideia de valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se acentuassem as diferenças entre a cidade e o campo em detrimento do meio rural onde tenderiam a enraizar-se a estagnação das técnicas de trabalho, a disseminação de endemias, a consolidação do analfabetismo, a subalimentação e o incentivo ás superstições e crendices [...]. Desvincula-se a reflexão sobre os métodos educativos a serem empregados na comunidade [...] da reflexão sobre a sociedade como um todo, sobre o seu modo de produção, sua formação social e suas consequências. (PAIVA, 2003, p. 225)

A visão que se propagava na época, era que o atraso social se encontrava na despreparação do homem do campo, e a aplicação de técnicas sociais, sem a análise ou reflexão da ordem socioeconômica e política, seriam suficientes para promover o desenvolvimento que tanto se almejava. A CNER promoveu suas atividades de 1952 a 1963, e seus resultados foram escassos e de pouca visibilidade, afirma Paiva (2003).

No final da década de 1950, já se reconhecia publicamente o fracasso das campanhas de massa promovidas pelo Departamento Nacional de Educação. A partir deste período, começa a se desenvolver a maior mobilização no campo da educação de adultos até antes nunca visto, através da organização de vários grupos. Nos meios oficiais, no campo educativo surgem defensores para mobilização de uma nova campanha, a CNEA, Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

A CNEA preocupou-se com a educação popular de crianças e adultos e com a contribuição potencial ao desenvolvimento econômico-social e destinava-se as diversas faixas de idade, tentando dessa forma combater o analfabetismo em todas suas vertentes ( PAIVA, 2003). Sua proposta se deu a partir da organização de um projeto-piloto de escolarização primária da população em idade escolar e daqueles que já tivessem ultrapassado essa idade.

Poderíamos dizer que a CNEA tinha como principais características: ser contra as campanhas de massa, ênfase na escolarização primária das crianças como solução para o problema do analfabetismo, preocupação com a ampliação da rede escolar primária e extensão da escolaridade, Paiva (2003). Em relação aos adolescentes e adultos, tentou-se contornar os problemas da evasão, mediante estabelecimento de salário móvel para o professor, que variava de acordo com os índices de frequência e aprovação,

A avaliação feita sobre a CNEA, nas palavras de Paiva (2003, p. 247) demonstra que houve “resultados positivos e muitas de suas recomendações e conclusões chegaram efetivamente a influenciar a direção tomada pelos serviços educacionais em algumas partes do país”. Em suma, as experiências desenvolvidas pela CNEA, foram de grande importância, chegando a influenciar muitos programas de educação popular surgidos no nosso país posteriormente. A CNEA foi extinta em 1961, principalmente, por falta de financiamento.

Com base no exposto, no que se refere às Campanhas e Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvidas no nosso país, é perceptível que a preocupação não era alfabetizar a população adulta e tão pouco ampliar o acesso à educação formal, pois, a cada campanha ou programa lançado existia um interesse econômico, social ou político, beneficiando.

Destacamos aqui, as experiências de caráter popular voltadas para a educação de adultos que tiveram início na década de 1950 e se estendeu até a década de 1960, em que proliferam-se movimentos da Educação e Cultura popular, muitos deles inspirados no pensamento pedagógico de Paulo Freire. Assim, atuaram educadores do MEB (Movimento de Educação de Base), ligados à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dos CPCs (Centros de Cultura Popular), organizados pela UNE (União Nacional dos Estudantes), dos Movimentos de Cultura Popular, que era integrado por artistas e intelectuais, a CEPLAR (Campanha de Educação Popular) ocorrida na Paraíba, e, ainda, a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, ligada ao Município de Natal/RN.

Todos esses movimentos e campanhas tinham como objetivo

**2.1 As quarenta horas de Angicos: Uma referência na alfabetização de jovens e adultos**

Em dezembro de 1962 no Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente no município de Angicos, foi realizada a experiência das 40 horas de alfabetização de jovens e adultos em Angicos. Segundo Lyra (1996), como não foi possível testar suas ideias em larga escala na sua terra, Recife/PE, Paulo Freire aceitou fazê-la em terras potiguares, depois de receber o apoio do governo, em convênio com a superintendência para o desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a *United Agency for Internacional Development* (USAID).

Dentre outros tantos motivos, inclusive, ser a terra natal do então governador do Estado[[2]](#footnote-2) na época, Angicos possuía um alto índice de mortalidade infantil e de analfabetismo, chegando a atingir mais de 70% da população, conforme Lyra (1996). Assim, orientados por Freire, um grupo de estudantes, em sua maioria universitários, deram início ao projeto, e, inicialmente realizaram o levantamento do universo vocabular da população de Angicos, visando colocar em prática uma proposta de alfabetização para jovens e adultos, que consistia em fazer com que estes, aprendessem a ler e a escrever e que também viessem a se politizar em 40 horas através de práticas de alfabetização que não usuais, como menciona a citação abaixo:

As “classes” eram substituídas pelos “círculos de cultura”, os “alunos” pelos “participantes dos grupos de discussões”, os “professores” cediam lugar aos “coordenadores de debate”. De igual modo, a “aula” era substituída pelo “debate” ou pelo “diálogo” entre educador e educandos e o “programa” por “situações existenciais” capazes de desafiar os agrupamentos e de levá-los a assumirem posições de reflexão e crítica diante das condições dessa mesma existência (BEISIEGEL, 2008, p. 184)

Outra inovação nas práticas de alfabetização dentro da experiência de Angicos foi o combate às cartilhas, a partir do qual, à medida que o grupo ia se alfabetizando, proporcionalmente, criava a sua própria cartilha (LYRA, 1996). Os trabalhos eram iniciados a partir de discussões em torno do conceito de cultura. Através do levantamento do universo vocabular, surgiam as palavras geradoras da alfabetização, e assim começavam os debates.

A experiência de Angicos foi caracterizada pelo seu ineditismo e eficácia, principalmente pelo seu significado político, que ganhou visibilidade nacional e internacional. Podemos dizer que Angicos representou uma nova forma de pensar a educação, uma contribuição para a constituição da democracia e cidadania:

Angicos, além de símbolo da luta contra o analfabetismo no Brasil, é marco da universalização da educação em todos os graus, superando a visão elitista. Angicos foi um projeto de cultura popular que imaginou e concebeu uma política nacional de educação para uma sociedade democrática com justiça social. (FERNANDES, 2014, p. 14)

Muito além da capacidade de ler e de escrever palavras isoladas ou frases curtas, mesmo que com muita dificuldade, os resultados obtidos com as 40 horas de alfabetização mostraram uma nova maneira de instituir políticas públicas de educação de jovens e adultos capazes de combater ou amenizar o analfabetismo. A experiência de Angicos foi também um espaço de germinação de práticas e ações da educação popular no nosso país, direcionadas a pessoas adultas excluídas do direito de estudar, e representou um rico manancial que influenciou gerações e políticas de educação em vários países (GUERRA, 2014).

Assim como em Angicos, em seu sistema de alfabetização, Freire propôs que os processos metodológicos para a alfabetização de adultos ultrapassassem as técnicas neutras e fossem viabilizadas na perspectiva da conscientização para a transformação da realidade. Para tanto, o educador pernambucano se manifestou contrário à educação bancária que desumaniza o homem e o converte em recipiente e expectador dos fatos, apontando uma concepção de educação problematizadora e libertadora. Na perspectiva do próprio Freire (2014, p. 86) “É que, se os homens são seres de busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a ‘educação bancária’ pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua libertação”.

Outro elemento fundamental do pensamento freireano foi a forma de conceber os analfabetos, os quais deveriam ser reconhecidos como sujeitos da educação e não como objetos dela, sendo criadores e portadores da cultura. O papel da educação, nesse contexto, seria libertar esses sujeitos de uma consciência ingênua para construir uma consciência crítica, em que a alfabetização seria o instrumento que possibilitaria essa conquista, alicerçados numa relação dialógica. Como aponta Freire (2014, p. 115), “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo”.

**2.2 Do Mobral ao MOVA-SP**

Mediante a instauração da Ditadura Militar com o golpe de 1964, todos os projetos e programas que se voltasse para uma alfabetização mais crítica e problematizadora foram totalmente reprimidas e no lugar dessas propostas foi criado pela Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), como Fundação destinada a financiar e orientar tecnicamente programas de alfabetização, passando, em 1970, a ser o sucessor nacional da Cruzada ABC[[3]](#footnote-3). Implantado sem consulta ou participação da sociedade, idealizava uma melhor condição de vida aos brasileiros analfabetos, sendo necessária, para tanto, somente a aprendizagem da leitura e da escrita, sem abordagem crítica da realidade vivida. O MOBRAL tinha como missão a integração nacional e, dentro desse espírito, Paiva (2003, p. 358) declara “[...] que o material didático do Mobral difundia a ideia da responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso, na medida em que ela contribui para que cada um aceite sem revolta o destino que lhe coube na estrutura social”. Ou seja, não fazia parte desse movimento qualquer perspectiva emancipatória ou problematizadora da realidade.

Ao final da década de 1970, o MOBRAL lança algumas estratégias de sobrevivência, como a diversificação de sua atuação pelo país, mas passa a ser alvo de críticas, principalmente por não ter conseguido lograr resultados suficientes no que se refere à oferta do domínio básico da leitura e da escrita. Então, sem credibilidade nos meios políticos e educacionais, foi extinto no ano de 1985, sendo substituído pela Fundação Educar.

A Fundação Educar, diferentemente do MOBRAL, passou a fazer parte do Ministério da Educação, em que “apoiava financeira e tecnicamente as iniciativas do governo, das entidades e das empresas” (SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p. 26). A sua existência não se prolongou muito, sendo extinta no ano de 1990, pelo governo Collor, ano que marca o início de uma lacuna por parte do Governo Federal, enquanto articulador de políticas voltadas para a alfabetização de adultos, pois algumas das intenções desse governo ficaram apenas no papel, como o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). O referido Plano propunha a mobilização da sociedade para alfabetizar crianças, jovens e adultos através de comissões de órgãos governamentais e não governamentais e da redução em 70% o analfabetismo no país, nos cinco anos seguintes (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

Se, por um lado, a União não direcionou ou implementou políticas para essa área, por outro, a sociedade civil organizou algumas iniciativas, como, por exemplo, a criação do Projeto Escola Zé Peão, na década de 1990, com turmas de alfabetização e pós-alfabetização para os operários da indústria da construção civil do município de João Pessoa/PB, viabilizado em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (SINTRICOM) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), conforme expõe Silva (2011)[[4]](#footnote-4) em sua tese de doutorado. Alguns municípios com administrações ligadas aos movimentos populares também favoreceram o investimento de recursos na educação de jovens e adultos, como é o caso do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) desenvolvido em São Paulo, que entre seus idealizadores estava o professor e Secretário Municipal de Educação da época, Paulo Freire.

O MOVA também foi implementado em outras administrações populares[[5]](#footnote-5), tendo as ideias da educação popular como princípios de sua atuação. Gadotti e Romão (2003, p. 94) fazem referência ao MOVA-SP, ressaltando que [...] “foi uma nova e importante contribuição, associada a outros programas da Secretaria Municipal de Educação, como o do ensino noturno e do ensino supletivo”. O que se pretendia era que esse projeto fosse contínuo, como parte integrante do sistema municipal de educação, mas, infelizmente, a administração posterior o extinguiu.

Posteriormente, outros programas foram implantados, entre eles o Programa Nacional de Alfabetização Solidária (PAS), no ano de 1996, bastante criticado por estudiosos e pesquisadores da alfabetização, por fazer reedição de práticas consideradas ultrapassadas, como revela a citação a seguir:

Com duração de 6 meses, 1 mês para treinamento dos alfabetizadores e 5 meses para desenvolver a alfabetização, o PAS propunha uma ação conjunta entre governo federal, empresas, administrações municipais e universidades. Atendendo aos municípios com IDH-Índice de Desenvolvimento Humano inferior a 0,5 o PAS propunha às Instituições de Ensino Superior das regiões Sul e Sudeste que supervisionassem as ações nas cidades localizadas nas regiões Norte e Nordeste. (GALVÃO; SOARES, 2006, p. 48-49)

Além de se caracterizar como um programa aligeirado, com professores mal preparados (pelo tempo disposto à formação), ainda reforçava a submissão entre as regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste e o preconceito para com o analfabeto. Em 2002, o PAS passou a se chamar Programa de Alfabetização Solidária (ALFASOL) e se transformou numa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP).

É importante destacar também a criação do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), em 1998, a partir da mobilização dos movimentos sociais, em especial o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a proposta de elevar o grau de escolaridade de jovens e adultos de assentamentos da reforma agrária. “O PRONERA possibilitou a criação de cursos que vão desde a alfabetização de jovens e adultos até a pós-graduação, possibilitando o acesso de 348.302 alunos, sendo 303.117 de EJA [...]” (BATISTA, 2011, p. 63), contribuindo, dessa forma, para o avanço e a expansão da Educação do Campo no nosso país.

## 2.3 O Projeto MOVA-Brasil: algumas considerações

A principal fonte de inspiração do Projeto MOVA-Brasil foi o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo (MOVA-SP). As primeiras ideias do Projeto MOVA-Brasil começaram a ser discutidas no Fórum Social Mundial de 2001, em Porto Alegre/RS, concretizando-se em 2003, após ser firmada a parceria entre esse instituto, a Federação Única dos Petroleiros e a Petrobrás, como parte do Programa Petrobras Fome Zero (ANTUNES; PADILHA, 2011).

O eixo norteador do Projeto são os princípios freireanos, reinventados sob a perspectiva da atualização do pensamento desse educador popular. O referido Projeto encerrou suas atividades em fevereiro de 2016, quando não foi mais possível a sua renovação. Durante o tempo que existiu, o MOVA BRASIL foi ampliando sua área de atuação até chegar a onze estados e se estruturou da seguinte forma:

Organograma 1: Estrutura organizacional do Projeto MOVA-Brasil

A Petrobrás e a FUP, foram os responsáveis pelo financiamento e a articulação geográfica do Projeto e o Instituto Paulo Freire se responsabilizou pela parte educacional, pela formação e pela coordenação administrativo-financeira geral (GADOTTI, 2013). Cada Estado era denominado de Polo, se dividindo em núcleos, que continham as turmas.

Nos doze anos de Projeto MOVA-Brasil, este fez parte de dois grandes programas da Petrobras: o Programa Petrobras Fome Zero (2003-2007) e o Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania (2008-2012). Para uma melhor compreensão, iremos detalhar esses dois ciclos abaixo, com base em Gadotti (2013, p. 348-349).

* **1ª fase** (setembro de 2003 a outubro de 2004). Foi realizado em cinco polos, um em cada estado: Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo, com 161 municípios, 543 turmas e 12.167 educandos inscritos.
* **2ª fase** (novembro de 2004 a julho de 2005). Envolveu seis estados: Bahia, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo, estendendo-se a mais um estado nordestino, Sergipe, totalizando 128 municípios, 525 turmas e 14.440 educandos inscritos.
* **3ª fase** (agosto de 2005 a julho de 2006). Manteve a mesma configuração da fase anterior, envolvendo os mesmos estados. O diferencial aconteceu no estado de São Paulo, que, em parceria com o Programa Brasil Alfabetizado, atendeu 90 presídios. Nessa fase, foram 138 municípios, 863 turmas e 23.301 educandos inscritos.
* **4ª fase** (agosto de 2006 a fevereiro de 2008). Nove estados passaram a ser atendidos a partir dessa fase: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe, totalizando 232 municípios, 1.000 turmas e 24.287 educandos.

Após o término da 4ª fase do MOVA-Brasil e o fim do Programa Petrobras Fome Zero (2003-2007), o convênio foi renovado em 2008, no contexto de um novo programa: o Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania (2008-2012), como projeto que contribui para a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil, combatendo o analfabetismo entre pessoas jovens, adultas e idosas.

Para não confundir as fases do primeiro ciclo, no segundo ciclo as fases foram chamadas de “etapas”, como segue:

* **1ª etapa** (julho de 2008 a outubro de 2009), contemplando 199 municípios, 1.325 turmas e 33.979 educandos. Nesse novo momento, o estado de São Paulo deixa de fazer parte do Projeto. No entanto, o estado do Amazonas, na região Norte, e o estado de Minas Gerais, na região Sudeste, são incorporados, de maneira que o Projeto passa a atender dez estados brasileiros.
* **2ª etapa** (dezembro de 2009 a dezembro de 2010), contemplando 194 municípios, 1.329 turmas e 31.897 educandos nos dez estados.
* **3ª etapa** (dezembro de 2010 a dezembro de 2011), abrangendo 184 municípios, 1.311 turmas e 33.472 educandos em Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe.
* **4ª etapa** (fevereiro de 2012 a fevereiro de 2013), contemplando 204 municípios, 1.417 turmas e 41.416 educandos nos mesmos estados.
* **5ª etapa** (fevereiro de 2013 a fevereiro de 2014), englobando 188 municípios, 1.352 turmas e 31.612 educandos nos dez estados brasileiros.
* **6ª etapa** (fevereiro de 2014 a janeiro de 2015),o Projeto contemplou 177 municípios, com 1.000 e 20.879 educandos. Além dos estados já atendidos, foi incluído o estado do Maranhão.

Apesar da divulgação do elevado número de educandos atendidos no decorrer desses anos, chegando a totalizar 246.571 jovens, adultos e idosos, não podemos afirmar que os dados apresentados correspondem de fato, pois, muitos educandos quando não conseguem concluir uma etapa, seja por qual motivo for, ou quando concluem, muitas vezes, não querem prosseguir na EJA, procuram o Projeto e são matriculados novamente nas etapas posteriores, passando a contabilizar dessa forma como mais um educando. Como o Projeto foi financiado por uma empresa estatal, com aporte de verbas de natureza pública, aferimos a grande preocupação dela com estatísticas positivas, não estabelecendo critérios de participação para os educandos.

Duranteos dez anos de existência, o Projeto esteve presente em 11 (onze) estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe, fazendo-se presente em 629 municípios (JARDILINO; ARAÚJO, 2013).

O processo de formação dos coordenadores de polo, coordenadores locais, monitores, auxiliares administrativos e assistentes pedagógicos do Projeto MOVA-Brasil, aconteceu a partir do pensamento freireano, como uma metodologia norteada pelos princípios da dialogicidade e da participação coletiva. As formações eram organizadas em três escalas: nacional, estadual e local, bem como em dois níveis: formação inicial e continuada.

Embora a história da educação de jovens e adultos no Brasil tenha sido fortemente marcada pela adoção de programas que não conseguiram acabar com o analfabetismo, o MOVA-Brasil surge como mais uma proposta de redução e, nesse contexto, várias inquietações são pertinentes, como, por exemplo, a sua real aplicação teórica freireana na prática da alfabetização.

**3.A DESCONTINUIDADE DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

No decorrer da história da educação brasileira quando a oferta do ensino não era organizado de forma dualista, em que para a elite, reserva-se a continuidade dos estudos científicos e ao povo apenas o ensino elementar e profissional, este era insuficiente (ARANHA, 2006) pois não era ofertado para todos de forma equânime, o que veio ocasionando no decorrer dos anos um grande índice de pessoas analfabetas e consequentemente muitas desigualdades sociais.

Vimos assim, surgir em diferentes épocas, vários programas e projetos que foram pensados, entre outros, com o objetivo de alfabetizar pessoas jovens, adultas e até mesmo idosas, mas que, após um certo período de existência, logrando ou não resultados positivos, são abolidos e não são mais retomados, não havendo desta forma, nenhum aproveitamento das experiências positivas.

Apesar de muitas destas propostas para alfabetizar jovens e adultos se apresentem com práticas aligeiradas e simplórias, recrutando alfabetizadores com um mínimo de formação, conforme destacado por Silva (2016, p. 86) sobre o Projeto MOVA Brasil “[...] Logo [...] funciona com pessoas sem formação para o magistério, portanto, os monitores são professores leigos[...]” acrescentando ainda: “O que realmente prevalece para a inserção do monitor(a) é a indicação (ficando em segundo plano questões como: formação, competência ou identificação com classe social) em prol do benefício de um(a) amigo(a), parente ou correligionário, Silva (2016, p. 87).

Se faz necessário

[...] competência não se restringe apenas ao ato de dominar determinados saberes (linguagem e a matemática) e os procedimentos metodológicos adequados aos alunos da EJA. Constitui-se, no entanto, também no ato político de identidade com a classe social de seus alunos e a luta política em favor de sua emancipação, assim como a sensibilidade enquanto dispositivo capaz de gerar no professor, no contexto de sua profissionalização, a empatia ou a identidade com os seus alunos.

Contudo, nos arriscamos a dizer essa que seja uma compreensão pequena....Temos que rebuscar o que deu certo em nosso contexto , A que e quem a educação, de froma geral está servindo?

No processo de redemocratização do nosso país, foi assegurado, em 1988, na nova Constituição Federal, o direito de voto aos analfabetos, em caráter facultativo, e a inclusão de jovens e adultos pouco escolarizados nas garantias da obrigatoriedade e gratuidade da educação, anteriormente direcionada somente para crianças em idade escolar.

] <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>

<http://www.unesco.org/brasilia>

ANTUNES, Ângela; PADILHA, Paulo Roberto. **Metodologia MOVA**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011. (Cadernos de Formação, v. 6).

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Estado, luta de classes, movimentos sociais e as políticas de educação do campo. In: BATISTA, Maria do Socorro Xavier (Org.). **Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo**: pesquisa e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. p. 45-65.

BEISIEGEL, Celso de Rui**. Política e educação popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. Brasília: Líber Livro, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**.São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos).

CURY, Carlos Roberto Jamil (Relator). Parecer CEB n. 11/200: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. CNE, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA Orlando, RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.p.58-77.

FERNANDES, Francisco das Chagas. Brasil celebra os 50 anos de Angicos. In: GADOTTI, Moacir (Org.). **Alfabetizar e Conscientizar**: Paulo Freire 50 anos de Angicos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014. p. 13-19.

FREIRE, Paulo **Pedagogia do Oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

1. Esta meta consta no Plano Nacional de Educação aprovado em 25 de junho de 2014, sancionada através da Lei 13.005/14 [↑](#footnote-ref-1)
2. O governador do Estado do Rio Grande do Norte no período da experiência de Angicos, era o senhor Aluízio Alves. [↑](#footnote-ref-2)
3. A Cruzada ABC foi um programa implementado pelos norte-americanos que contestava os movimentos educativos desenvolvidos no nordeste anteriormente, inspirados no MCP ou no método Paulo Freire, buscando desencadear uma ação ideológica que visava legitimar a nova ordem (PAIVA, 2003). [↑](#footnote-ref-3)
4. Para um maior aprofundamento, consultar: SILVA, Eduardo Jorge Lopes. **Prática discursiva de formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos em uma experiência de educação popular**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFPE, Recife, 2011. [↑](#footnote-ref-4)
5. Angra dos Reis (RJ) e Ipatinga (MG). [↑](#footnote-ref-5)